

Métodos interpretativistas em Administração: as implicações para o(a) pesquisador(a)

Autoria: Sandra Regina da Rocha-Pinto, Angilberto Sabino de Freitas, Paulo Roberto Maisonnave

Resumo

O(a) pesquisador(a), no processo de condução de uma pesquisa acadêmica, busca: entender a relação entre conceitos, propor e testar hipóteses passíveis de modificar antigas teorias ou, em certos casos, gerar novas proposições para explicar o fenômeno sob investigação. Mas, o que é uma teoria em ciências sociais? Outra questão que aflige os pesquisadores, principalmente os novatos, em estágios iniciais de pesquisas, é: Como ter o conhecimento suficiente de uma área para, assim, ser capaz tanto de identificar um problema de pesquisa quanto de gerar hipóteses testáveis? Essas questões convidam a refletir sobre que alternativas há para se fazer pesquisa em contraponto à abordagem tradicional e, esse é o objetivo desse ensaio. Para tanto, buscou-se: a) comparar duas abordagens interpretativistas: a fenomenologia e a grounded theory; b) buscar suas semelhanças e diferenças para, então; c) formular reflexões em três eixos temáticos: os enfrentamentos sofridos pelo(a) pesquisador(a) em função da opção metodológica; as divergências e convergências entre as tradições apresentadas nesse ensaio e, por fim, as implicações para o(a) pesquisador(a) no “fazer” pesquisa interpretativista.

1. INTRODUÇÃO

O(a) pesquisador(a), no processo de condução de uma pesquisa acadêmica, busca: entender a relação entre conceitos, propor e testar hipóteses passíveis de modificar antigas teorias ou, em certos casos, gerar novas proposições para explicar o fenômeno sob investigação. Mas, o que é uma teoria em ciências sociais? De acordo com Glaser e Strauss (1967), os propósitos de uma teoria para as ciências sociais são: predizer e explicar; contribuir para o avanço das ciências; ser utilizada em aplicações práticas; fornecer uma perspectiva a respeito de um comportamento; servir de guia, ao mesmo tempo em que proporciona um estilo para pesquisas em uma área particular de comportamento. Nessa perspectiva, uma teoria em ciências sociais pode ser vista como uma estratégia para manusear dados em pesquisas, para, então, proporcionar formas de conceitualização com o objetivo de descrever e explicar um fenômeno. Além do mais, uma teoria pode ser classificada como substantiva ou formal. A diferença entre teoria substantiva e teoria formal é que, enquanto a primeira se refere a um fenômeno ou uma área de estudo em particular, não indo além do que está sob investigação, a segunda tem o poder explanatório de aplicar seus conceitos a um mesmo fenômeno que ocorre em áreas distintas (GLASER; STRAUSS, 1967); (GOULDING, 2002; LOCKE, 2001). Ademais, a estratégia de gerar teorias é guiada pela visão que o pesquisador tem do mundo: o paradigma que irá guiá-lo nas escolhas do curso da pesquisa (CRESWELL, 1998). A esse respeito, assinala-se que, para efeitos desse ensaio, essa visão de mundo será separada em dois paradigmas concorrentes: o paradigma positivista (ou objetivista) e o paradigma interpretativista (ou subjetivista) (CHARMAZ, 2006).

Acrescenta-se ainda que, uma das críticas à abordagem tradicional aplicada às ciências sociais se refere ao fato de que esse método inibe o pesquisador de gerar novas teorias (GLASER; STRAUSS, 1967). Esse fenômeno se deve ao fato de que uma das premissas básicas da metodologia tradicional é que o pesquisador, a partir de teorias existentes, tenha que gerar novas hipóteses para essas teorias, fruto de uma exaustiva revisão da literatura, para em seguida proceder à coleta de dados com a finalidade de testá-las, com o objetivo de confirmá-las, o que reforçaria a teoria, ou refutá-las, propondo modificações na teoria existente, contribuindo para o seu desenvolvimento. É um método hipotético-dedutivo, baseado em metodologias de análise de dados quantitativos, objetivando testar hipóteses geradas previamente. Além da inibição de se gerar novas teorias imposto pela metodologia, critica-se a abordagem quantitativa de análise de dados por não ser capaz de capturar as

complexidades e as nuances dos fenômenos sociais (LOCKE, 2001; CORBIN; STRAUSS, 2008).

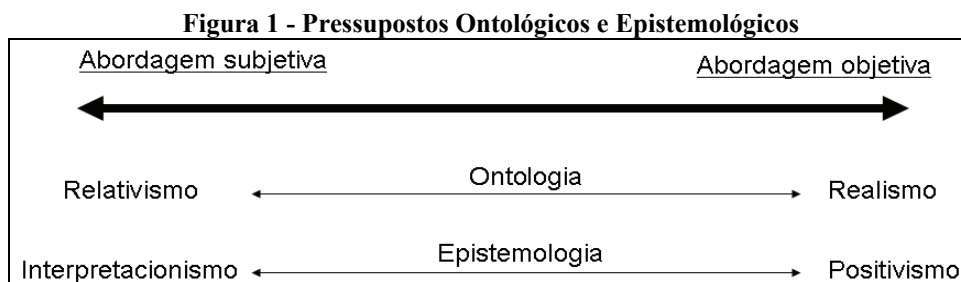
Dentro deste contexto, uma das questões que aflige os pesquisadores, principalmente os novatos que se encontram em estágios iniciais de pesquisas, é: como ter o conhecimento suficiente de uma área para, assim, ser capaz tanto de identificar um problema de pesquisa quanto de gerar hipóteses testáveis? A esse respeito, é comum perceber a inquietação dos novos pesquisadores, lutando para definir de antemão um projeto de pesquisa em que, muitas vezes, lhe faltam conhecimento para definir o problema, hipóteses, que metodologia adotar e assim por diante. Essa questão leva a refletir sobre que alternativas há para se começar uma pesquisa sem a necessidade inicial de se gerar e testar hipóteses, por meio do método tradicional. Alternativas essas que permitissem ao pesquisador que, à medida que o pesquisa fosse se desenvolvendo, houvesse uma flexibilidade metodológica para que o processo de pesquisa fosse se adequando de acordo com os resultados obtidos a partir dos dados coletados. Em outras palavras: que alternativas teria o pesquisador para suas inquietações sobre um fenômeno em particular que o levasse a investigá-lo sem ter que necessariamente usar a metodologia tradicional? De forma que a coleta e análise de dados pudessem ser feitas com vistas a uma melhor compreensão de um fenômeno, para aí, então, ser possível a geração de hipóteses e teorias com o intuito de proceder a verificação dessas. Esse é um dos enfrentamentos que vivem os pesquisadores em seus projetos de dissertações e teses, principalmente dentro do ambiente das escolas de gestão, que, na maioria dos casos, realiza pesquisas sob a tradição positivista, paradigma do método hipotético-dedutivo.

Diante disso e, concordando com Santos e Pinto (2007) que é possível se observar nos últimos anos um substantivo incremento do debate sobre questões epistemológicas e metodológicas, esse ensaio se propõe a, mediante a comparação de dois enfoques interpretacionistas, a *grounded theory* e a fenomenologia, ressaltar os dilemas enfrentados por aqueles pesquisadores que se propõe a utilizar um método “exótico” (SANTOS; PINTO, 2007) em detrimento do “normal”. A fim de cumprir os objetivos propostos, este ensaio encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção discute o embate entre as tradições interpretacionista e positivista. A terceira expõe o método fenomenológico. Na quarta parte, descreve-se a *grounded theory*. Por fim, resumem-se as reflexões em três eixos temáticos: os enfrentamentos sofridos pelo(a) pesquisador(a) em função da opção metodológica; as divergências e convergências entre as tradições apresentadas nesse ensaio e, por fim, as implicações para o(a) pesquisador(a) no “fazer” pesquisa interpretativista.

2. O EMBATE ENTRE OS PARADIGMAS

É sabido que as abordagens de pesquisa científica podem ser classificadas sob diferentes taxonomias sendo a mais recorrente a que separa os estudos em dois grupos: teóricos e empiricistas. A esse respeito, cabe destacar que a pesquisa empírica é o paradigma dominante em estudos da Administração. Apesar de estar frequentemente associada às abordagens quantitativas, a pesquisa empírica pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa (REMENYI et al., 1998; VAN MAANEN, 1979). Moreira (2002), por sua vez, opta por dividir a pesquisa empírica em experimental (uso de experimentos para teste de hipóteses) e não-experimental (pesquisas que têm pessoas como objeto de estudo). Por sua vez, Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) consideram que, para um posicionamento metodológico mais completo, o(a) pesquisador(a) deve se colocar em termos ontológicos (pressupostos adotados sobre a natureza da realidade) e epistemológicos (pressupostos adotados sobre a natureza do conhecimento). Em vista disso, Morgan e Smircich (1980) estabelecem posicionamentos metodológicos tanto em função de premissas ontológicas da realidade quanto de

considerações epistemológicas, entre outras variáveis, em uma tipologia dividida entre os paradigmas interpretacionista (subjetivo) e funcionalista (objetivo):



Fonte: Adaptado por Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) a partir de Morgan e Smircich (1980)

Em termos ontológicos, a abordagem objetiva (positivista) considera a realidade como algo concreto a ser capturado. Existe um pressuposto de que o mundo é estruturado por leis que podem ser identificadas, manipuladas ou controladas para dar suporte à teoria científica. Por seu turno, a abordagem subjetiva (relativismo) oferece embasamento a uma perspectiva ontológica na crença da existência não de apenas uma, mas de múltiplas realidades construídas e modificadas socialmente. Nessa perspectiva, a realidade não é algo externo, porém local e construído com um propósito (MAISONNAVE; ROCHA-PINTO, 2007). Além disso, realidades não são mais ou menos verdadeiras; são mais ou menos conhecidas (LAVERTY, 2003). Com respeito à base epistemológica, em se tratando das ciências sociais, dois paradigmas de abordagem metodológica empírica coexistem: o positivismo e o interpretacionismo. Nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra e tampouco devem ser tratadas como contraditórias (MINAYO; SANCHES, 1993). O paradigma dominante, na pesquisa científica, ainda é o positivismo que, segundo Remenyi et al. (1998), implica a pesquisa com base em uma realidade social observável e cujo produto pode ser derivado de leis produzidas pelas ciências físicas e naturais. O positivismo enfatiza uma análise empírica encorajadora da busca do conhecimento de uma forma objetiva e estabelece uma dualidade entre o pesquisador e o objeto pesquisado (LAVERTY, 2003). Por outro lado, o paradigma interpretacionista apresenta uma visão subjetiva, a partir da crença de que a realidade é socialmente construída por meio das interações pessoais. A epistemologia, à luz do enfoque subjetivo, enfatiza a importância da compreensão dos processos pelos quais o homem constrói a realidade e, para tanto, torna-se necessário reconstruir o fenômeno estudado a partir da interpretação dos significados atribuídos pelos agentes envolvidos (MORGAN; SMIRCICH, 1980).

Enquanto a pesquisa positivista tem como enfoque a redução de um fenômeno a dimensões quantitativas aderentes a leis e princípios, a perspectiva interpretacionista demanda do(a) pesquisador(a) uma descrição interpretativa do fenômeno. A esse respeito, destaca-se que, o interpretacionismo é um processo investigativo de compreensão baseado em distintas tradições metodológicas que exploram problemas sociais ou humanos (CRESWELL, 1998). Nessa perspectiva, o pesquisador elabora uma imagem holística e complexa, analisa textos, coleta visões detalhadas dos sujeitos de pesquisa e conduz um estudo com “atitude natural”. Tem-se como base racional a construção de uma dinâmica de pesquisa focada na experiência interativa humana, para que se possam visualizar padrões extraídos do mundo dos sujeitos da pesquisa, à medida que eles emergem (REMENYI et al., 1998). Registra-se ainda que, uma das maiores contribuições da reflexão fenomenológica para a ciência consiste no auxílio da formulação de problemas e da construção de hipóteses (GIL, 2002).

A utilização e validação dos diversos métodos de pesquisa impõe um exame mais atento no que concerne a alguns problemas relacionados à integração entre as perspectivas

qualitativa e quantitativa. O debate e a contraposição freqüentemente registrados entre as duas abordagens não são novos, tampouco exclusivos do campo das ciências sociais. Geralmente, aparecem em oposição a diferenças irreconciliáveis (LEE, 1991): as correntes positivistas definem como científicas somente as pesquisas baseadas na observação de dados da experiência e as que utilizam instrumentos de mensuração sofisticados. Por isso, afirmam os detratores, os métodos qualitativos não originam resultados confiáveis. Por outra parte, os defensores do interpretacionismo sustentam que os positivistas, na medida em que não se colocam no lugar do sujeito, não realizam investigações válidas (MAISONNAVE; ROCHA-PINTO, 2007).

Observam, ainda, Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) que, freqüentemente, a pesquisa qualitativa não é definida por si só, mas em contraponto à pesquisa quantitativa. Por sua vez, assinala Filstead (1970) que, uma metodologia qualitativa refere-se àquelas estratégias que propiciam ao pesquisador “chegar perto dos dados”, desenvolvendo os componentes analíticos, conceituais e categóricos de explicação a partir dos próprios dados, mais do que às técnicas quantitativas altamente rígidas na sua estrutura e recheadas de preconceitos. As tensões entre pesquisa qualitativa e quantitativa espelham as diferenças entre duas posturas opostas – ou quase isso – e que se têm confrontado há mais de cem anos e, de forma mais aguda, nas últimas décadas (MOREIRA, 2002). Entretanto, tal dicotomia representa uma simplificação do problema metodológico. As ciências sociais contemporâneas estão, cada vez mais, destinadas ao comprometimento com modelos empiricistas integrados baseados em métodos qualitativos e quantitativos (MORGAN; SMIRCICH, 1980). Remenyi et al. (1998) sugerem a utilização das duas abordagens em uma relação dialética, provendo uma série de ferramentas metodológicas para auxiliar o pesquisador a validar suas descobertas em situações particulares. A esse respeito, destaca-se a proposta de Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) de utilizar uma pesquisa de cunho integrativo. Os autores recorreram a uma pesquisa quantitativa preliminar a fim de garantir a suspensão de julgamento prévio a respeito do fenômeno que se propunham a estudar.

As experiências de pesquisas de campo, baseadas em uma perspectiva mais pragmática e menos orientada para um sectarismo epistemológico, sugerem que da combinação das duas abordagens (cada uma no seu uso apropriado) é possível obter ótimos resultados (MAISONNAVE; ROCHA-PINTO, 2007). Creswell (1998) recomenda um esforço inicial, em um estudo quantitativo, antes de embrenhar-se em um estudo qualitativo. Desta forma, a dicotomia profundidade versus amplitude pode ser aprendida. Apesar de essas duas correntes serem concorrentes, a escolha por uma abordagem não necessariamente exclui a outra, ou seja, ao adotar uma postura positivista, o pesquisador não precisa ser necessariamente integralmente objetivista, podendo incluir traços interpretativistas em seu trabalho, e vice e versa (CHARMAZ, 2006). Por sua vez, Minayo e Sanches (1993) afirmam que, em muitas circunstâncias, é possível a adoção de abordagens integrativas para abarcar toda a realidade observada. Portanto, essas abordagens podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade. Lee (1991) propôs um método integrativo entre o positivismo e a fenomenologia, criando uma tipologia em que há três níveis de compreensão: interpretativa, positivista e subjetiva. Christofi e Thompson (2007) utilizaram o artifício de *bracketing*, respondendo à própria entrevista da pesquisa, para conhecer e colocar de lado suas idéias preexistentes e expectativas sobre o fenômeno. Enquanto isso, Gilstrap (2007), em uma pesquisa sobre dinâmica organizacional e liderança, utilizou o método fenomenológico descrito por Moustakas (1994), suspendendo, sem eliminar, seus conceitos iniciais, e analisando uma grande variedade de estudos quantitativos e qualitativos sobre o assunto. Sanders (1982) propõe abordagens mais integrativas, utilizando estudos fenomenológicos como complemento a projetos de pesquisa quantitativos, tornando possível produzir melhores análises.

Cabe ainda, destacar que, de uma maneira geral, as pesquisas em administração elegem uma metodologia de pesquisa específica. Por exemplo, Vergara (2005) explicita que quando a abordagem fenomenológica é eleita como metodologia de pesquisa, questionários fechados são inapropriados. Moreira (2002) identifica o questionário como a visão do pesquisador e não do pesquisado. No entanto, Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) se propuseram discutir esse tipo de afirmação a partir da crença que, em se tratando de abordagens integrativas, o rigor metodológico é mantido. Os autores destacam essa alternativa porque se propuseram a, após definido o método e a seleção dos sujeitos de pesquisa, um dos pesquisador identificou que a coleta de dados poderia ser prejudicada pela sua experiência anterior no assunto, o que dificultaria o processo de se colocar “entre parênteses”. Para solucionar este problema, foi realizada uma revisão da literatura em busca de uma metodologia que minimizasse a interferência dos preconceitos e pressupostos do pesquisador em questão. Uma das alternativas verificadas foi a utilização de uma abordagem metodológica integrativa onde a pesquisa quantitativa auxiliasse o pesquisador na obtenção dos resultados propostos, neste caso, a prática da redução fenomenológica.

3. O MÉTODO FENOMENOLÓGICO: ORIGENS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS

3.1 As origens e os pressupostos

Asseveram Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) que, o método fenomenológico possui diferentes significados para diferentes pessoas. Ademais, segundo (REMENYI et al., 1998) a fenomenologia pode ser considerada uma filosofia, uma epistemologia, um método, ou as três coisas simultaneamente. A esse respeito, Santos e Pinto (2007) trazem o posicionamento de Thiry-Cherques (2004) que opta por não se referir a um método fenomenológico, mas a “um conjunto de proposições metodológicas que compõem o ‘movimento fenomenológico’” Enquanto isso, Moreira, (2002) considera que a pesquisa qualitativa emana da própria escolha por uma perspectiva fenomenológica e caracteriza-se por três fundamentos principais: (1) o conhecimento é construído ativamente e surge do exame dos constructos internos das pessoas, manifestados na linguagem; (2) o pesquisador confia em uma dinâmica de observação e busca manter intactas as perspectivas dos participantes; (3) o investigador procura descrever e interpretar as formas pelas quais as pessoas relacionam experiências (o fenômeno que o sujeito vivenciou), significados (aquilo que ele acredita ter experimentado), linguagem (aquilo que ele diz ter vivenciado) e comportamentos (o que ele fez durante a experiência). Nas ciências sociais, a fenomenologia, antes sinônimo de “qualquer coisa diferente do positivismo” (REMENYI et al., 1998), alcançou um maior rigor conceitual e metodológico (EMBREE, 2001). A esse respeito, enquanto Moustakas (1994) refere-se à fenomenologia como a criação da realidade com base nas percepções de cada indivíduo, Van Manen (1990) lembra que um pesquisador de ciências humanas é um acadêmico: um observador sensível das legendas da vida cotidiana e, também, um leitor ávido de textos relevantes sobre humanidades, história, filosofia, antropologia, ciências sociais, na medida em que tais temas passem sua área de interesse (VAN MANEN, 1990).

Observam Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) que a fenomenologia, como método, deriva-se da filosofia fenomenológica cujos pioneiros foram os filósofos alemães Franz Brentano (1838-1917) e Edmund Husserl (1859-1938). Após esses, outros pensadores contemporâneos como Heidegger, Gadamer, Sartre e Merleau-Ponty percorreram a mesma trilha. Moreira (2002) ensina que Husserl a partir de sua a formação matemática e vivendo em uma Europa onde o sentimento era de crise da ciência moderna, formulou as linhas gerais da fenomenologia, crendo que apenas uma nova e fundamental ciência seria capaz de ajudar o cientista objetivo na clarificação e crítica de seus conceitos. Especificamente, Husserl defendia o rigor e radicalismo filosófico em busca da essência do fenômeno, contrapondo-se ao naturalismo e à ciência moderna reduzidos ao estudo de meros fatos. O foco principal de

Husserl foi estudar o fenômeno da forma como se apresenta na consciência. Essa consciência é a ligação intencional entre o homem e o mundo – o conceito de intencionalidade – que serve como ponto inicial para a compreensão de uma realidade particular (LAVERTY, 2003).

3.2 A aplicação do método

Maisonnave e Rocha-Pinto (2007), alinhados a Moreira (2002), consideram que a passagem de um método filosófico para um método empírico não é tarefa simples, na medida em que os métodos se encontram em campos de reflexão muito diferentes. Dessa forma, prosseguem Maisonnave e Rocha-Pinto (2007), o método empírico exige do pesquisador uma situação apropriada, ou seja, uma metodologia que oriente o pesquisador na coleta e análise de dados mais adequados para responder à pergunta de pesquisa. Nessa perspectiva, registra-se a opinião de Sanders (1982), que considera que não existe nenhum procedimento ortodoxo que pode ser mantido e assegurado como o método fenomenológico. Endossa-se, contudo a noção de que o método fenomenológico é uma forma de investigação crítica, sistemática e rigorosa empregada sempre que se queira destacar a experiência de vida das pessoas (MOREIRA, 2002; VAN MANEN, 1990). Ademais, o método fenomenológico admite muitas variações como as propostas por Sanders (1982) e Moustakas (1994), pois “ao se transpor o fosso entre a Filosofia e a prática da pesquisa, será normal o aparecimento de muitas variantes do método fenomenológico” (MOREIRA, 2002, p. 117).

O método fenomenológico demanda que a experiência manifestada por meio da linguagem pelos participantes do estudo seja percebida como o principal insumo do processo da pesquisa. Nessa perspectiva, a palavra dos sujeitos pesquisados deve ser fonte primária de dados (REMENYI et al., 1998), utilizando mais a lingüística do que a análise estatística (CRESWELL, 1998); ou seja, na pesquisa fenomenológica, a ênfase sempre reside no significado da experiência vivida; a questão da fenomenologia é “tomar emprestadas” as experiências alheias a fim de melhor ser capaz de alcançar a compreensão do significado mais profundo de um aspecto da experiência humana no contexto da totalidade dessa experiência. (VAN MANEN, 1990). Além disso, cabe destacar que dois conceitos são cruciais para o emprego do método fenomenológico: a redução fenomenológica e a redução eidética.

A redução fenomenológica

A perspectiva fenomenológica propõe que o pesquisador se esforce para deixar de lado suas idéias preconcebidas (REMENYI et al., 1998; VAN MANEN, 1990). A própria premissa filosófica epistemológica (CRESWELL, 1998) exige que o pesquisador mantenha distância do fenômeno investigado. A redução fenomenológica tem o objetivo de obter uma descrição conceitual rica da experiência na qual, deliberada e propositalmente, o pesquisador se abre para o fenômeno (GROENEWALD, 2004). Para buscar limitar o conhecimento ao fenômeno da experiência de consciência, procura desconsiderar o mundo real, em uma espécie de suspensão do juízo. Em outras palavras, põe esse mundo "entre parênteses" (todo o resto é colocado de lado para que o processo de pesquisa esteja focado exclusivamente no tópico de interesse). Husserl, matemático de formação, utilizou o termo *bracketing* – colocar entre parênteses – para designar essa suspensão de pressuposições, além do termo grego *epoché*. A *epoché* era adotada, na Grécia antiga, pelos chamados filósofos céticos, que viam o problema do conhecimento como insolúvel. Em casos de controvérsia, deveriam adotar uma postura de não-envolvimento para ter paz de espírito na vida diária (MOREIRA, 2002). A principal vantagem da utilização da *epoché* é colocar de lado as idéias preexistentes ou preconcebidas do pesquisador sobre o fenômeno investigado (IDHE, 1986). O processo consiste, então, em uma profunda análise no sentido de identificar e invalidar, inibir e desqualificar todo o comprometimento com relação ao conhecimento e experiência anteriores (SCHMITT, 1967). “Na *epoché*, o filósofo não duvida da existência do mundo, mas essa existência deve ser colocada entre parênteses, exatamente porque o mundo existente não é o tema verdadeiro da fenomenologia” (MOREIRA, 2002, p. 88).

Apesar de controverso, o conceito de redução fenomenológica é amplamente utilizado no método empírico fenomenológico. Os primeiros trabalhos fenomenológicos de Husserl referiam-se diretamente à *epoché* sem, no entanto, adotar seu sentido primitivo (MOREIRA, 2002). Por sua vez, Heidegger (1962) considera ser impossível simplesmente colocar de lado os pré-conceitos e pressuposições. Contudo, considerando a fenomenologia como um método subjetivista de investigação científica (BURRELL; MORGAN, 1979) em que todos os pressupostos e julgamentos são abandonados, permitindo que o conhecimento possa nascer da experiência do pesquisador com a essência de seu objeto de pesquisa (CRESWELL, 1998; REMENYI et al., 1998), pode-se afirmar que há, entre os autores fenomenológicos, o senso comum da necessidade da “suspensão de julgamento” do pesquisador. Por sua vez, Moustakas (1994) considera que, para praticar a *epoché*, deve-se focar uma situação, pessoa ou tema, assim como rever sentimentos e pensamentos emergentes. Por meio dessa prática, preconceitos e vieses são revelados, compreendidos e postos de lado e, da mesma forma, pessoas ou temas são revistos com nova visão. O processo é recorrente até que haja certeza de que as experiências serão vistas “como elas realmente são”.

A redução eidética

Outro componente importante da metodologia fenomenológica é a chamada redução eidética ou a procura pela essência. É nessa fase que o pesquisador descreve a essência, a estrutura invariante da experiência reconhecendo que há um significado único do fenômeno (CRESWELL, 1998). A procura dessa essência é traduzida sob forma de clusters, *insights* ou conjunto de temas a partir da compreensão dos relatos dos pesquisados. A redução eidética é a forma pela qual o pesquisador moverá dos objetos individuais e concretos para o domínio das essências puras, atingindo a sua estrutura essencial e invariável (MOREIRA, 2002). Segundo Sanders (1982), é o ato que passa da expressão concreta de um fenômeno particular a essência “pura”. Em outra perspectiva, desvela-se o processo de análise de dados que consiste na delimitação de temas (VAN MANEN, 1990; CRESWELL, 1998). Nessa etapa, inicia-se a busca de significados. Tais significados emergem por meio da indagação sistemática aos dados codificados. Portanto, codificar, categorizar em pólos significativos, analisar e interpretar os dados coletados representa, conforme lembram Silva, Rebelo e Cunha . (2003) aspectos fortemente imbricados de uma mesma tarefa: desvelar o significado dos dados. Nessa medida, a análise é um processo que procura dar sentido aos dados. Esse empreendimento envolve a consolidação, a redução e a interpretação tanto do que as pessoas disseram quanto daquilo que o pesquisador observou e leu (SILVA; REBELO; CUNHA., 2003); representa, portanto, “uma formidável tarefa para os pesquisadores qualitativos” (CRESWELL, 1998).

4. GROUNDED THEORY: ORIGEM, PRESSUPOSTOS E APLICAÇÃO

4.1 As origens e os pressupostos

Os promotores da *grounded theory* criticam o método tradicional aplicado às ciências sociais, argumentando que os dados coletados podem não se adequar integralmente às deduções e hipóteses feitas *a priori*, levando muitas vezes o pesquisador a ter que “ajustar” os resultados para que haja uma adequação dos dados às hipóteses. Além disso, defendem que o processo de adequação de uma teoria não pode estar divorciado do processo ao qual a gerou, o que leva a uma técnica de gerar uma teoria à medida que os dados vão sendo coletados e analisados, resultando em uma harmonização e adequação destes com a teoria emergente (GLASER; STRAUSS, 1967). Colocando de outra forma, isso significa dizer que, por meio de uma análise sistemática dos dados, hipóteses e conceitos são construídos durante o processo de pesquisa, levando a geração de teorias, que em seguida podem ser verificadas empiricamente. Outra argumentação acerca da abordagem tradicional é que as grandes teorias surgidas nas ciências sociais não são fruto de análises de dados, mas sim de abstrações de seus

criadores (vide teorias como as de Weber, Marx, Durkheim, Mead e tantos outros). Entretanto, a aplicação dessas grandes teorias às estruturas sociais atuais, em muitos casos, não se adequam a situações particulares da realidade, faltando um ajuste entre dados e teoria. Dessa forma, a *grounded theory* propõe que o pesquisador adote um método de análise de um fenômeno em particular, no qual a teoria seja um processo emergente dos dados, o que traria como consequência uma maior adequação desses com a proposta teórica para descrever o fenômeno. A respeito da aplicação de teorias existentes a novos fenômenos, Creswell (1998) argumenta que o uso da *grounded theory* é adequado quando não há teorias disponíveis para aplicar em determinado processo em particular. A literatura pode ter modelos disponíveis, mas eles foram desenvolvidos e testados para amostras e populações distintas ao que o pesquisador estaria interessado em sua investigação. Creswell (1998) completa dizendo que, mesmo havendo disponibilidade de teorias, essas podem ser incompletas, pois podem não conter as variáveis de interesse do pesquisador.

Outro argumento usado por Glaser e Strauss (1967) é a diferença entre verificação e geração de teoria. Segundo eles, a abordagem tradicional estaria mais ligada a um processo de verificação, mais apropriado aos métodos de coleta e análise de dados quantitativos e análises estatísticas complexas. Por outro lado, argumentam que a geração de teorias estaria mais ligada à análise de dados qualitativos, que permitem uma avaliação mais complexa das nuances do fenômeno. Entretanto, não descartam a utilização de dados quantitativos no processo de gerar teorias, argumentando que o método deve se utilizar de todos os dados disponíveis: Qualitativos para a geração de teorias e quantitativos para verificação e validação ou não dessas (GLASER; STRAUSS, 1967). Mas deixam claro que o foco da *grounded theory* é a geração de novas teorias com a utilização de dados qualitativos. Esse foco em dados qualitativos é justificado porque em ciências sociais métodos qualitativos são mais adequados a capturarem informações e particularidades acerca de aspectos como condições estruturais, normas, processos, padrões, sistemas envolvidos nos ambientes sociais. Além do mais, a flexibilidade de pesquisas com dados qualitativos permite que o pesquisador possa seguir pistas à medida que elas vão surgindo. A *grounded theory* aumenta essa flexibilidade, ao mesmo tempo em que mantém o pesquisador focado no problema de pesquisa (CHARMAZ, 2006).

A distinção entre a verificação de ou a geração de teorias pode ser feita da seguinte forma: no primeiro caso, tem-se que evidências são coletadas de outros grupos comparativos - sejam nações, organizações, processos etc. - e são usadas para verificar se as evidências iniciais (ou hipóteses propostas) estão corretas. Dessa forma, fatos são replicados (internamente e externamente ao estudo). Esse processo, concordam os cientistas sociais, é a melhor forma de validá-las. Aqui o foco do pesquisador está na verificação de hipóteses previamente levantadas, resultado de uma extensa revisão de gaps da literatura nas teorias existentes. Assim, raramente o pesquisador gera novas teorias, sendo que sua contribuição reside no fato de prestar um serviço de confirmar, refutar ou modificar teorias existentes (GLASER; STRAUSS, 1967). A crítica que se faz é que esse foco em checagem e verificação empírica pode resultar em um bloqueio na geração de novas teorias, pois o resultado final são fragmentos de teorias bem testadas que apenas representam parcialmente o que está acontecendo na situação sob investigação. No segundo caso, a geração de novas teorias, categorias conceituais (e suas propriedades) são geradas diretamente de evidências coletadas. Então, a evidência da qual a categoria emergiu é usada para ilustrar o conceito. Esse conceito pode não ser tão acurado além das fronteiras de sua área de investigação, mas dentro dela é indubitavelmente uma relevante abstração teórica sobre o que se está estudando (GLASER; STRAUSS, 1967). Ao definir as fronteiras de aplicação da teoria emergente, aumenta-se o poder explanatório dos conceitos e sua força de previsão. E comparando-a com situações e fatos que são similares, ou diferentes, o pesquisador pode gerar propriedades de categorias

que aumentam a generalidade das categorias e seu poder explanatório, resultando na generalização da teoria inicialmente proposta.

4.2 A aplicação do método

Metodologicamente falando, apesar das divergências entre seus criadores, o processo de pesquisa da *grounded theory* consiste em uma coleta direcionada de dados, concomitante com sua análise, com o objetivo de gerar uma teoria substantiva sobre fenômenos ou processos sociais (GLASER; STRAUSS, 1967; CORBIN; STRAUSS, 2008). Charmaz (2006), discípula de Strauss, em sua descrição a respeito da *grounded theory* como metodologia afirma que ela não é um pacote de regras e prescrições, mas um conjunto de princípios e práticas que guiam o pesquisador no curso de uma investigação e na maneira como ele vai ver o mundo. Segundo Charmaz (2006), a metodologia de pesquisa deve se basear na análise da ação, feita em cima do conceito chamado de processo social básico, que são padrões sistematicamente uniformizados de vida social, na qual as pessoas experimentam e podem ser conceitualmente capturados. Para a autora, a *grounded theory* serve a dois propósitos: 1) como uma forma de aprendermos sobre o mundo que estudamos e 2) como um método para desenvolver teorias para compreendê-lo. Em outras palavras, isso quer dizer que a *grounded theory* oferece formas de se interpretar o mundo em que vivemos e está sob investigação, e não como uma metodologia que oferece um retrato estático desse mundo, o que se coloca em oposição à metodologia tradicional. Outro aspecto relevante no processo metodológico é a justificativa inicial da *grounded theory* para não se fazer a revisão bibliográfica *a priori*. A premissa por trás dessa condição é a de que conceitos preconcebidos podem prejudicar a pesquisa, impedindo que o pesquisador tenha um olhar imparcial ao que esteja acontecendo o seu redor quando está analisando o fenômeno, inibindo seu poder de abstração (GLASER; STRAUSS, 1967). Entretanto, Clarke (2005) crítica essa exigência de “desconhecimento” da literatura, afirmando que é impossível que o pesquisador entre em uma área para fazer uma investigação sem qualquer conhecimento prévio ou algo já preconcebido. Sobre esse aspecto, Glaser sugeriu em 1978 o conceito de sensibilidade teórica, que diz respeito à criatividade do pesquisador na identificação, construção e mediação dos conceitos que compõem a teoria. O pesquisador deve usar a sensibilidade teórica para dar significado aos dados e ser capaz de separar o que é importante para a pesquisa e o que não é. E isso é desenvolvido a partir do conhecimento científico acumulado pelo pesquisador, sua experiência profissional e pessoal (LOCKE, 2001).

Tendo a análise de dados como uma questão central na *grounded theory*, visto que a teoria emerge dos dados, duas tarefas são fundamentais para o pesquisador durante as análises: a elaboração de questionamentos sobre os possíveis significados e a utilização do método de constante comparação. O objetivo é permitir ao pesquisador, no processo de compor uma teoria, a busca de categorias e suas propriedades e a formulação das hipóteses e relações generalizadas entre elas (CORBIN; STRAUSS, 2008). As categorias são os elementos conceituais de uma teoria, enquanto que as propriedades são as características das categorias, que variam em dimensões dentro de um *continuum* (CORBIN; STRAUSS, 2008).

O processo de comparação constante proposto por Glaser e Strauss (1967) pode ser dividido em quatro etapas: 1) comparação de incidentes aplicados a cada categoria; 2) a integração das categorias e suas propriedades; 3) a delimitação da teoria; e 4) a redação da teoria (GLASER; STRAUSS, 1967). Esse processo permite uma constante comparação e análise dos dados à medida que o investigador avança em seus estudos, resultando na geração de propriedades teóricas que ao final do processo irá gerar a nova teoria.

O passo inicial para iniciar a pesquisa é a definição da amostra a ser pesquisada. Dentro desse processo de escolha, o pesquisador deve cuidadosamente definir qual é a unidade de análise que representa o fenômeno sob investigação, procurando qualquer grupo que o ajudará a gerar quantas categorias (e propriedades) forem necessárias para caracterizar o fenômeno.

Essa escolha direcionada é chamada em *grounded theory* de amostragem teórica. O processo de coleta de dados é controlado pela teoria emergente. As decisões iniciais para começar o processo de coleta de dados partem de pressupostos gerais ou de um problema levantado pelo pesquisador a respeito de um determinado fenômeno pertinente a uma área (Charmaz, 2006), e é guiado pelas preocupações de pesquisa (AUERBACH; SILVERSTEIN, 2003). A idéia é deixar o problema de pesquisa nortear a coleta de dados. Essa decisão inicial não é baseada em um referencial teórico previamente concebido (GLASER; STRAUSS, 1967)

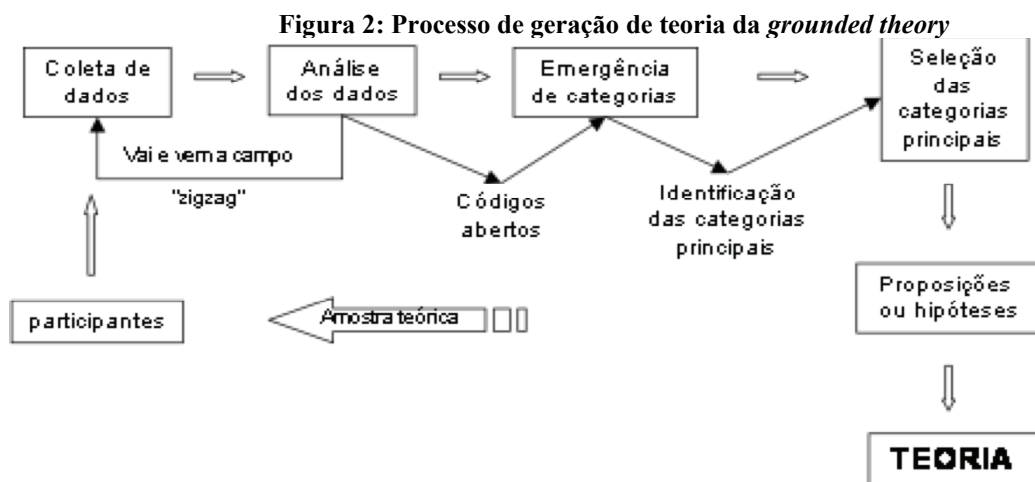
Entre as razões para se adotar um critério de amostragem teórica para a *grounded theory*, Glaser e Strauss (1967) argumentam que o processo oferece maior controle, tanto populacional, quanto conceitual, e pode proporcionar tanto a maximização ou a minimização de diferenças e similaridades dos dados, condição fundamental para descobrir categorias (GLASER; STRAUSS, 1967). Minimizar as diferenças entre grupos de comparação auxilia o pesquisador a definir um conjunto de condições para que uma categoria possa existir. Por outro lado, ao maximizar as diferenças entre diversos grupos, o pesquisador pode desenvolver propriedades de categorias mais rapidamente, integrando-as à teoria em diferentes níveis conceituais, o que facilita o processo de delimitar o escopo da teoria proposta.

Ao permitir uma liberdade de escolha e comparação de qualquer grupo, o pesquisador coloca a relevância teórica como prioridade no processo e essa premissa controla, com rigor, o processo de coleta de dados sem esconder qualquer aspecto que possa ser relevante para a pesquisa (GLASER; STRAUSS, 1967). Em *grounded theory* não há planejamento prévio para a coleta de dados futuros, uma vez que esta coleta futura e a escolha amostral vão depender da coleta e análise de dados previamente obtidos (GLASER; STRAUSS, 1967). O que se deve ter em mente é que o processo de coleta e a análise de dados devem caminhar de forma conjunta e concomitante com o objetivo de geração de uma teoria resultante desse processo, em que ela é constantemente ajustada para adequar o fenômeno aos dados. Assim, o pesquisador pode constantemente ajustar seu processo de coleta para assegurar a relevância dos dados para a teoria emergente (GLASER; STRAUSS, 1967).

Para se chegar às categorias e à conceituação teórica, o pesquisador deve seguir um processo de codificação de dados divididos em três fases: codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva. Na codificação aberta, o pesquisador fragmenta os dados em pequenas unidades de análises, chamadas de incidentes ou eventos, categorizando de acordo com a percepção do significado que se tem dos dados. Através de constante comparação de similaridades e diferenças entre os eventos e incidentes encontrados, o pesquisador descobre propriedades e dimensões das categorias, fruto da classificação dos códigos classificados em temas semelhantes. Neste nível mais baixo, a codificação tem por objetivo delinear conceitos em termos de propriedades e dimensões (CORBIN; STRAUSS, 2008). Na segunda fase, a codificação axial, o pesquisador passa para um nível intermediário de abstração, buscando a relação entre as categorias e subcategorias para formar a base para sua construção teórica. Nessa etapa, se nota uma divergência entre Glaser e Strauss (1967), uma vez que o primeiro não considera essa etapa em seu procedimento metodológico (LOCKE, 2001). Finalmente o pesquisador exercita a codificação seletiva, que é o último nível de abstração, onde irá buscar a categoria central da teoria na qual todas as outras estão relacionadas. Nesse nível de abstração teórica, a categoria central deve ser capaz de integrar todas as outras categorias e expressar a essência fenômeno sob investigação.

Normalmente, o início da pesquisa é uma das fases mais difíceis, pois o pesquisador ainda não possui uma clara visão do que vai encontrar, pois precisa descobrir quais são as categorias principais. Esse processo não ocorre de forma linear do nível mais baixo para o mais alto. Pelo contrário, como a coleta, codificação e análise devem ocorrer simultaneamente, não é incomum o pesquisador retornar a fases anteriores para afinar suas análises. E a codificação deve iniciar-se logo que se coletam os primeiros dados, pois, dessa forma, o pesquisador

começa a separar os dados em categorias e a ver os processos envolvidos no fenômeno sob investigação (CHARMAZ, 2006). Creswell (1998) chama esse processo de coleta e análise simultânea de dados de “zigzag”. Segundo o autor, o pesquisador vai a campo, coleta dados, volta para seu escritório, analisa os dados, gera categorias, retorna a campo, analisa os novos dados, compara, gera novas categorias e/ou confirma categorias já encontradas, em um processo de vai e vem até que nada de novo apareça e o pesquisador consiga definir um arcabouço conceitual que lhe permitirá fazer proposições ou hipóteses para gerar uma teoria. A figura 2 abaixo mostra como Creswell esquematiza o processo de coleta e análise de dados da *grounded theory*:



Fonte: Adaptado da descrição textual de Creswell (1998)

O tamanho final da amostra só é definido ao final da pesquisa, quando a análise de novos dados esgota o surgimento de novas categorias e propriedades (GLASER; STRAUSS, 1967). Isso é chamado em *grounded theory* de saturação teórica. Em outras palavras, isso quer dizer que a saturação ocorre quando o pesquisador perceber que as *lacunas* em sua teoria, principalmente aqueles referentes aos conceitos principais, estão praticamente preenchidas, se não completamente. Corbin e Strauss (2008) completam dizendo que a saturação teórica vai além da questão de se obter mais dados para até que não se obtenha nada de novo. Para eles, a saturação teórica está relacionada ao desenvolvimento de novas categorias em termos de suas propriedades e dimensões, incluindo a inter-relação entre conceitos (CORBIN; STRAUSS, 2008). O critério para determinar a saturação é uma combinação dos limites empíricos dos dados, a integração e densidade da teoria resultante e da sensibilidade teórica do pesquisador.

5. PARA COMPARTILHAR

Conforme enunciado, pretendeu-se com esse ensaio, contribuir para o debate acerca do emprego de métodos não-tradicionais de pesquisa em administração. Julga-se então, oportuno, resumir as reflexões em três eixos temáticos: os enfrentamentos sofridos pela opção metodológica; as divergências e convergências entre as tradições apresentadas nesse ensaio e, por fim, as implicações para o(a) pesquisador(a) no “fazer” pesquisa interpretativista.

5.1 Enfrentamentos: validade, confiabilidade e generalização.

Observa Moreira (2002) que, a viabilidade de trabalhar com pesquisa qualitativa, dando-lhe o caráter de ciência verdadeira, tem despertado muitas controvérsias. Diante disso, consideram Maisonnave e Rocha-Pinto (2007) que se impõe ao pesquisador apontar o rigor metodológico empregado na pesquisa e demonstrar a análise da validade interna e externa do método. Por outro lado, diversos autores concordam que a abordagem empiricista na pesquisa

acadêmica está claramente dividida em dois paradigmas¹: o positivismo (ou estruturalismo) e a fenomenologia (ou interpretacionismo). Uma vez que o pesquisador faz a escolha entre o positivismo e a fenomenologia, por exemplo, é comum encontrar uma aderência extrema a uma das abordagens metodológicas, às vezes resultando em um debate fervoroso a esse respeito (REMENYI et al., 1998). Nesse embate entre as duas tradições, ainda prevalece a visão dicotômica e maniqueísta, a partir da qual só é possível escolher entre dois extremos opostos e mutuamente excludentes.

É possível apontar se dois tipos de validade de um método de pesquisa: interna e externa (CRESWELL, 1998; MOREIRA, 2004; REMENYI et al., 1998). Denomina-se validade interna de um método a sua capacidade de fornecer informações verdadeiras e validade externa, a capacidade de replicação e generalização dos resultados (MOREIRA, 2004). Diversos motivos podem afetar a validade interna de uma pesquisa qualitativa. Poderão ocorrer falsas respostas por razões conscientes (medo, assuntos estratégicos, por exemplo) e inconscientes. Conforme observado por Gil (2002), os desvios podem ser originados por: (i) defesa de fachada, quando o(a) respondente tenta responder de forma mais socialmente aceitável, colocando em risco a imparcialidade; (ii) defesa contra a personalização, caso em que o respondente se sente individualizado pela pergunta e evita respostas que possam comprometê-lo; (iii) desvio conservador, no qual o respondente tende a ser mais conservador nas respostas do que em suas decisões reais. Nesse sentido, a seleção criteriosa de sujeitos e o tamanho e qualidade da amostra auxiliarão os pesquisadores na detecção e interpretação desses dados. Quanto melhor for a descrição da amostra, maiores serão as possibilidades de análise da validade interna. Outro aspecto da qualidade de um projeto de pesquisa refere-se à validade externa, ou seja, à capacidade de generalização dos resultados. Quando do emprego da fenomenologia, há que se ter em mente que o objetivo é explorar e desvendar conhecimentos, por meio da experiência vivida do sujeito, portanto, está mais relacionado ao contexto da descoberta do fenômeno do que a sua verificação (MOREIRA, 2004). O pesquisador deve estar menos preocupado em criar suposições sobre seus resultados particulares, e mais com a validade da pesquisa na explicação do fenômeno. Na fenomenologia, os resultados dos estudos são generalizáveis em direção ao estabelecimento de proposições teóricas, não ao aproveitamento inferencial para populações ou para universos (YIN, 2001). É importante ressaltar que nada obriga o pesquisador a buscar a validade externa, mas sim a fixar as características de sua amostra, para que os usuários da pesquisa identifiquem sua possível aplicabilidade (MOREIRA, 2004).

Ademais, o requisito de objetividade é um dos aspectos mais importantes em pesquisas à luz da abordagem positivista. Metodologias quantitativas excluem a subjetividade da análise, buscando validade e credibilidade nos métodos adotados, para ser capaz de generalizar os resultados. Essa isenção de subjetividade tem sido alvo de críticas (AUERBACH; SIVERSTEIN, 2003). Auerbach e Siverstein (2003) sugerem que a interpretação, em vez da subjetividade, e o contexto da pesquisa estejam intimamente ligados em qualquer projeto. Assim, acreditam que esses elementos não podem ser eliminados do processo de pesquisa. Por outro lado, muitos indicadores de credibilidade e validade não podem ser aplicados em pesquisas qualitativas (RUBIN; RUBIN, 1995). Assim, para superar essas diferenças, pesquisadores julgam a credibilidade de um trabalho qualitativo por sua *transparência*, *coerência* e *comunicabilidade* (RUBIN; RUBIN, 1995; AUERBACH; SIVERSTEIN, 2003). Por *transparência*, entende-se que o leitor de um relatório de pesquisa qualitativa é capaz de identificar os processos básicos de coleta de dados. *Coerência* significa que os constructos teóricos devem se ajustar entre si de forma a permitir que se conte uma história coerente. E *comunicabilidade* significa que as categorias e teóricos devem ser entendidos pelos leitores, e fazer sentido para outros pesquisadores e para os próprios participantes da pesquisa. Dessa forma, a credibilidade e validade teriam como equivalente no trabalho qualitativo o conceito

de *justificabilidade de interpretações* com base na *transparência, coerência e comunicabilidade* (AUERBACH; SIVERSTEIN, 2003).

5..2 Convergências e divergências entre as duas tradições de pesquisa

Creswell (1998) faz uma distinção entre a *grounded theory* e a fenomenologia, a despeito das duas tradições de pesquisa enfatizarem o significado das experiências para os envolvidos. Segundo ele, a *grounded theory* vai além da fenomenologia, pois seu objetivo principal é a geração de uma nova teoria relacionada à área estudada, ou seja, busca oferecer um esquema abstrato analítico do processo sob investigação. Além disso, enquanto que na *grounded theory* não há planejamento prévio para a coleta de dados futuros, uma vez que a coleta futura e a escolha amostral vão depender da coleta e análise de dados previamente obtidos (GLASER; STRAUSS, 1967), na fenomenologia os sujeitos são selecionados *a priori* e, necessariamente, deverão pertencer ao mesmo campo onde o fenômeno sob investigação ocorre. Dessa forma, impõe ao pesquisador ser criterioso quando da seleção dos sujeitos de pesquisa. A esse respeito, caberá levar em consideração os critérios de seleção sugeridos por Rubin e Rubin (1995); os sujeitos selecionados deverão: a) conhecer a arena cultural ou a situação / experiência a ser estudada; b) ter vontade de falar e; c) ter diferentes perspectivas.

Além disso, na *grounded theory* há que se observar que o processo de coleta e a análise de dados devem caminhar de forma conjunta e concomitante com o objetivo de geração de uma teoria resultante desse processo, em que ela é constantemente ajustada para adequar o fenômeno aos dados. Assim, o pesquisador pode constantemente ajustar seu processo de coleta para assegurar a relevância dos dados para a teoria emergente (GLASER; STRAUSS, 1967). Por sua vez, quando do emprego do método fenomenológico, o pesquisador a partir de uma questão central, mergulha no campo de pesquisa, “toma emprestada” a percepção dos sujeitos envolvidos com o fenômeno para, assim, sistematizar o processo de redução eidética, retirando do texto - a sua unidade de análise -, tal e qual um escultor, tudo aquilo que não diz respeito à essência revelada

O processo de redução eidética na fenomenologia e de categorização / codificação na *grounded theory* são semelhantes no que diz respeito à busca das propriedades e suas dimensões. Portanto, requer criatividade e *insights*. Enquanto que na fenomenologia a essência disparará uma proposição acerca do fenômeno investigado e a busca por uma teoria para o estabelecimento de convergências ou divergências, na *grounded theory*, a teoria será substantivamente retirada dos dados analisados. Contudo, em ambas, cabe o processo de verificação das proposições estabelecidas a partir das revelações do campo. Cabe ainda registrar, a exemplo de Santos e Pinto (2007, p.13) que, também, cotejaram diferenças e aproximações entre as duas tradições, que enquanto na fenomenologia o(a) pesquisador(a) se restringe a tomar “como dados legítimos” apenas as narrativas daqueles que vivenciaram o fenômeno, na *grounded theory* recorre-se a várias fontes de dados que podem ser de natureza primária ou secundária. Nesse sentido, o processo de amostragem é teórico, ou seja, orienta-se pela teoria que gradativamente emerge ao longo da de pesquisa empreendida. É comum, portanto, encontrar uma série de “espaços em branco” ou mesmo alguns “furos” na teoria em construção. Dessa forma, impõe-se um retorno ao campo a fim de encontrar dados que dêem conta do fornecimento das “peças” necessárias à montagem final do “quebra-cabeça” (SANTOS; PINTO, 2007). Destaca-se, ainda, que as duas tradições de pesquisa apresentam cisões ontológicas e epistemológicas. Enquanto que na fenomenologia encontram-se de um lado os transcendentais, que julgam ser possível a prática da redução fenomenológica, e os existencialistas que consideram impossível retirar do sujeito a sua forma de apreensão do mundo, na *grounded theory*, apesar de ter surgido sob a égide do paradigma positivista (GLASER; STRAUSS, 1967), tem como um de seus pressupostos o interacionismo simbólico (MELTZER et al, 1975), o que lhe empresta certo grau de interpretacionismo e, conseqüentemente, aspectos subjetivistas, apesar de na literatura a discussão sobre o método

poder ser usado tanto sob uma abordagem objetivista, quanto sob uma abordagem interpretativista (CHARMAZ, 2006).

5.3 As implicações para o(a) pesquisador(a)

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a escolha metodológica seguida por um(a) pesquisador(a) candidato(a) ao título de mestre ou de doutor(a) relaciona-se a alguns fatores comuns encontrados nesse processo. Os principais são: 1) a tradição seguida pela instituição à qual se vincula; 2) as premissas ontológicas e epistemológicas de sua orientação de sua supervisão; 3) o condicionamento ao qual foi submetido durante a sua trajetória acadêmica e profissional. No âmbito das ciências sociais, mais particularmente dentro da área de administração, isso não é diferente. E pode-se afirmar, sem medo de errar, que a grande maioria das escolas de administração do país segue a linha positivista, com grande produção das pesquisas concentradas em dados quantitativos.

Apenas como reforço, pontua-se que uma das premissas da abordagem positivista é que seu processo de fazer pesquisa exige que o pesquisador tenha que apresentar projetos que contenham de antemão alguns requisitos que, uma observação da prática revela que esses pesquisadores ainda não estão prontos para apresentar. Seja na formulação de hipóteses, ou na proposta de modelos e teorias (no caso de teses de doutoramento), são exigidos critérios como ineditismo e que efetivamente contribuam para o crescimento do conhecimento científico. Entretanto, uma questão que se coloca é: de que forma o pesquisador pode estar seguro de que seu projeto realmente está adequado às exigências para esse tipo de trabalho? Além do mais, como pode propor hipóteses muito antes de se conhecer a fundo uma área ou ter analisado os dados? Em conversas informais com candidatos nessas situações nas mais diversas escolas de administração é fácil perceber esse temor. Assim, muitas vezes pode-se questionar que alternativas de metodologia teriam os candidatos à abordagem positivista? Além do mais, ao escolher uma abordagem alternativa, que enfrentamentos ele estaria sujeito ao buscar trilhar outro caminho que não o usualmente seguido pela maioria?

Conforme colocado ao longo desse ensaio, uma abordagem qualitativa se mostra uma metodologia adequada para aqueles pesquisadores que procuram executar suas pesquisas usando meios diferentes dos usualmente utilizados. Entretanto, uma decisão como essa não é simples e requer do pesquisador a defesa de seu posicionamento de forma muito mais contundente do que teria que fazê-lo da maneira tradicional. Precisa enfrentar a desconfiança da tradição da instituição, que pode ver essa escolha como não alinhada com os pressupostos e crenças aos quais está acostumada. Dessa forma, o esforço do pesquisador para passar o grau de credibilidade exigido sobre seu trabalho se torna uma tarefa muito mais árdua. Ao adotar abordagens qualitativas precisa estar consciente de que a subjetividade implícita neste tipo de pesquisa faz parte do processo. E sempre existirão os céticos que estarão prontos para levantar críticas ao primeiro sinal de fraqueza. Outro ponto também que merece comentários é sobre os conflitos internos que podem surgir no âmago do pesquisador, que ao fazer uma escolha alternativa, pode se questionar se realmente tomou a decisão correta. Não há uma resposta correta a esses questionamentos. Apenas há a decisão do pesquisador de buscar aquilo que acredita ser o mais adequado para aquilo na qual julga ser o caminho mais acertado a trilhar. E tornar-se disposto, ele própria a enfrentar os seus modelos mentais.

A busca da *epoqué* na fenomenologia, e da saturação teórica na *grounded theory*, representam um desafio ao(a) pesquisador(a) em função do cronograma de pesquisa, uma incerteza, uma insegurança. Afinal, não dá pra se estabelecer *a priori*, a quantidade de entrevistas que serão necessárias até o momento da saturação teórica. É um método que demanda tempo e experiência do pesquisador, o que pode, eventualmente, explicar a baixa utilização, sobretudo em trabalhos de mestrado. Ademais, é possível perguntar: Em que medida essa pode ser uma abordagem compartilhada entre vários pesquisadores? Essa dúvida se justifica na medida em que tanto o mergulho nos dados quanto a qualificação das

categorias estarão impregnados da subjetividade; a mesma unidade de análise, no caso o texto, pode ser apreendida e capturada de formas distintas não apenas em seu sentido quanto em sua denominação. Seriam, portanto, métodos mais compatíveis com um voo solitário? As possibilidades que se vislumbram seriam: a discussão compartilhada, a respeito da essência ou da propriedade da categoria encontrada, exercício pleno da intersubjetividade; a “divisão de tarefas”: na fenomenologia, um pesquisador analisa, comenta, se encarrega da redução eidética, formula uma proposição que, pode ser entregue a outro para elaboração de comentários ou contraposição às teorias já existentes. A redução fenomenológica se constitui, também, um desafio importante a ser enfrentado quando uma pesquisa é feita em pares ou grupo. Afinal, como cotejar duas ou várias visões diferentes de mundo a fim de que, ao final do processo, estejam suspensas as idéias preconcebidas a respeito do fenômeno sob investigação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUERBACH, C.F. & SIVERSTEIN, L.B. **Qualitative data: an introduction to coding and analysis**. New York University Press. New York. 2003.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 78-91, jul./set. 2002.
- CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis**. Thousand Oak, CA: Sage. 2006.
- CHRISTOFI, V.; THOMPSON, C. L. You cannot go home again: a phenomenological investigation of returning to the sojourn country after studying abroad. **Journal of Counseling & Development**, Washington, v. 85, n. 1, p. 53-63, 2007.
- CORBIN, J. & STRAUSS, A. **Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory**. Newbury Park, 3rd ed. CA: Sage. 2008.
- CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. London: Sage, 1998.
- EMBREE, L. The continuation of phenomenology: a fifth period? **Indo-Pacific Journal of Phenomenology**, v. 1, n. 1, p. 1-9, Apr. 2001.
- FILSTEAD, W. J. **Qualitative methodology: firsthand involvement with the social word**. Chicago: Rand McNally College, 1970.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GILSTRAP, D. L. Phenomenological reduction and emergent design: complementary methods for leadership narrative interpretation and metanarrative development. **International Journal of Qualitative Methods**, Edmonton, v. 6, n. 1, p. 95-113, Mar. 2007.
- GLASER, B.G.; STRAUSS, A.L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Aldine Transaction. New Brunswick and London. 1967.
- GOULDING, C. **grounded theory: A practical guide for management, business and market research**. Thousand Oak, CA: Sage. 2002.
- GROENEWALD, T. A phenomenological research design illustrated. **International Journal of Qualitative Methods**, Edmonton, v. 3, n. 1, p. 1-26, 2004.
- HEIDEGGER, M. **Being and time**. New York: Harper & Row, 1962.
- IDHE, D. **Experimental phenomenology: an introduction**. Albany: State University of New York, 1986.
- LAVERTY, S. M. Hermeneutic phenomenology and phenomenology: A comparison of historical and methodological considerations. **International Journal of Qualitative Methods**, Edmonton, v.2, n. 3, p. 1-29, 2003.

- LEE, A. S. Integrating positivist and interpretive approaches to organizational research. **Organization Science**, Linthicum, v. 12, n. 4, p. 342-365, Nov. 1991.
- MELTZER, B.N., PETRAS, J.W & REYNOLDS, L.T. **Symbolic interactionism: Genesis, varieties and criticism**. London : Routhledge. 1975.
- LOCKE, K. **Grounded theory in management research**. Thousand Oak, CA: Sage. 2001.
- MAISONNAVE, P.; ROCHA-PINTO, S. R. Em busca da *epoché*: uma pesquisa quantitativa como subsídio à redução fenomenológica. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 86-101, 2007.
- MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 237-248, jul./set. 1993.
- MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico de pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.
- _____. Pesquisa em administração: origens, usos e variantes do método fenomenológico. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-19, 2004.
- MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 5, n. 4, p. 491-500, 1980.
- MOUSTAKAS, C. **Phenomenological research methods**. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- REMENYI, D. et al. **Doing research in business and management: an introduction to process and method**. London: Sage, 1998.
- RUBIN, H.J; RUBIN, I.S. **Qualitative Interviewing: The art of hearing the data**. Thousand Oak, CA: Sage. 1995.
- SANDERS, P. Phenomenology: a new way of viewing organizational research. **Academy of Management Review**, Ohio, v. 7, n. 3, p. 353-360, 1982.
- SANTOS, L. L. S.; PINTO, M. R. Fenomenologia, Interacionismo Simbólico e *Grounded Theory*: Um Possível Arcabouço Epistemológico- Metodológico Interpretacionista Para a Pesquisa em Administração? Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em administração (ANPAD), 2005. **Anais XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2007. CD-ROM
- SILVA, A. B., REBELO, L. M. B., CUNHA C. J. C Aprendizagem de gerentes: a perspectiva da experiência vivida. Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração. *In: Anais XXVII Enanpad*, Atibaia 2003, CD-ROM
- SCHMITT, R. Husserl's transcendental-phenomenological reduction. *In: KOCKELMANS, J. J. (Ed.). Phenomenology*. New York: Doubleday Anchor, 1967. p. 58-68.
- VAN MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 24, n. 4, p. 520-526, Dec. 1979.
- VAN MANEN, M. **Researching lived experience: human science for an action sensitive pedagogy**. London: The State of New York, 1990.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

¹ O termo paradigma é aqui utilizado em seu sentido filosófico, ou seja, para denotar uma implícita ou explícita visão da realidade. (MORGAN; SMIRCICH, 1980).